

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.658 - RJ (2018/0041270-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **UNIÃO**  
**RECORRIDO** : **ADRIANA DA CRUZ GOMES SIMONINI**  
**ADVOGADOS** : **PATRÍCIA VAIRAO CARELLI VIEIRA - RJ069386**  
**LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ148792**  
**PEDRO IVO FRAZÃO OLIVEIRA - RJ201538**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pela **União** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 281):

*APELAÇÃO CÍVEL. EFEITO SUSPENSIVO. INADMISSIBILIDADE. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE MISERABILIDADE. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS NA ÁREA DA SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.*

- 1. Apelação cível de sentença proferida em Mandado de segurança, rege-se pela Lei Especial da ação mandamental, cuja regra é seu recebimento apenas no efeito devolutivo.*
- 2. Atestada a miserabilidade, deve ser deferida a gratuidade de justiça.*
- 3. Comprovada a compatibilidade de horários entre os dois cargos na área da saúde, admite-se a acumulação. Inteligência dos arts. 37, inc. XVI, da Constituição Federal e 118, § 2º, da Lei nº 8.112/1990.*
- 4. A instauração de procedimento administrativo, evidencia o periculum in mora.*
- 5. Segurança concedida ante a presença dos pressupostos autorizadores, quais sejam o fumus boni iuris e opericulum in mora.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 308/314).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 331, I e 535, II do CPC/73; 118, §2º e 133 da Lei nº 8.112/90; 884 do Código Civil; e 2º e 53 da Lei nº 9.784/99. Sustenta, em síntese, a ilegalidade da acumulação de cargos que ultrapasse a carga

horária de 60 horas semanais.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (fls. 471/476).

Por meio da decisão de fls. 424/430, foi dado provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença de fls. 190/194.

Aludido provimento, contudo, foi reconsiderado em sede de agravo interno (fls. 459/460), ante a necessidade de melhor exame das questões veiculadas no apelo especial.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No mais, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do MS 19.336/DF, consignou que o Parecer GQ-145/98 da AGU, que trata da limitação da jornada, não esvazia a garantia prevista no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, ao revés, atende ao princípio da eficiência que deve disciplinar a prestação do serviço público, notadamente na área de saúde. Essa nova diretriz em limitar a jornada a 60 (sessenta) horas semanais encontra apoio também na Corte de Contas (TCU), máxime para se garantir o intervalo interjornadas (mínimo de 11 horas) e entre as jornadas de 6 horas

(mínimo de 1 hora), não com vistas à evitar coincidência entre os horários, mas pela natural preocupação com a eficiência e a otimização do serviço público.

A propósito, confira-se a ementa do referido julgado:

*ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE. JORNADA SEMANAL SUPERIOR A 60 (SESSENTA HORAS). AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA.*

*1. Trata-se de mandado de segurança atacando ato do Ministro de Estado da Saúde consistente na demissão da impetrante do cargo de enfermeira por acumulação ilícita cargos públicos (com fundamento nos arts. 132, XII, e 133, § 6º, da Lei 8.112/90), em razão de sua jornada semanal de trabalho ultrapassar o limite de 60 horas semanais imposto pelo Parecer GQ-145/98 da AGU e pelo Acórdão 2.242/2007 do TCU.*

*2. Acertado se mostra o Parecer GQ-145/98 da AGU, eis que a disposição do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal - "é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI" - constitui exceção à regra da não-acumulação; assim, deve ser interpretada de forma restritiva.*

*3. Ademais, a acumulação remunerada de cargos públicos deve atender ao princípio constitucional da eficiência, na medida em que o profissional da área de saúde precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que certamente depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra, o que é impossível em condições de sobrecarga de trabalho.*

*4. Também merece relevo o entendimento do Tribunal de Contas da União no sentido da coerência do limite de 60 (sessenta) horas semanais - uma vez que cada dia útil comporta onze horas consecutivas de descanso interjornada, dois turnos de seis horas (um para cada cargo), e um intervalo de uma hora entre esses dois turnos (destinado à alimentação e deslocamento) -, fato que certamente não decorre de coincidência, mas da preocupação em se otimizar os serviços públicos, que dependem de adequado descanso dos servidores públicos. Ora, é limitação que atende ao princípio da eficiência sem esvaziar o conteúdo do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.*

*5. No caso dos autos, a jornada semanal de trabalho da impetrante ultrapassa 60 (sessenta) horas semanais, razão pela qual não se afigura o direito líquido e certo afirmado na inicial.*

*6. Segurança denegada, divergindo da Relatora.*

**(MS 19.336/DF**, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 14/10/2014)

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, ao cuidar da referida controvérsia, reiteradamente tem se posicionado no sentido de que a acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, diante da inexistência desse requisito na Constituição da República. Senão vejamos:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PARECER GQ 145/1998/AGU. LIMITE MÁXIMO DE 60 HORAS SEMANAIS EM CASOS DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS OU EMPREGOS PÚBLICOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. COMPATIBILIDADE DAS JORNADAS DE TRABALHO DA IMPETRANTE. COMPROVAÇÃO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.*

*I A existência de norma infraconstitucional que estipula limitação de jornada semanal não constitui óbice ao reconhecimento do direito à acumulação prevista no art. 37, XVI, c, da Constituição, desde que haja compatibilidade de horários para o exercício dos cargos a serem acumulados. Precedentes.*

*II - Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC.*

**(RMS 34.257-AgR**, Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, SEGUNDA TURMA, DJe 03/08/2018)

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE LIMITAÇÃO DA JORNADA SEMANAL A 60 (SESSENTA) HORAS POR NORMA INFRACONSTITUCIONAL REQUISITO NÃO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA INVIABILIDADE DA RESTRIÇÃO COM BASE UNICAMENTE NESSE CRITÉRIO, DEVENDO AVERIGUAR-SE A COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

**(RE 1.023.290 AgR-segundo**, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, SEGUNDA TURMA, DJe 31/10/2017)

No âmbito desta Corte, cito o seguinte precedente:

*ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS REMUNERADOS. ÁREA DA SAÚDE. LIMITAÇÃO DA CARGA HORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. REQUISITO ÚNICO. AFERIÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.*

*1. A Primeira Seção desta Corte Superior tem reconhecido a impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais.*

*2. Contudo, o Supremo Tribunal Federal, reiteradamente, posiciona-se "[...] no sentido de que a acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexiste tal requisito na Constituição Federal" (RE 1.094.802 AgR, Relator Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, julgado em 11/5/2018, DJe 24/5/2018).*

*3. Segundo a orientação da Corte Maior, o único requisito estabelecido para a acumulação é a compatibilidade de horários no exercício das funções, cujo cumprimento deverá ser aferido pela administração pública. Precedentes.*

*4. Adequação do entendimento desta Corte ao posicionamento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema.*

*5. Recurso especial provido.*

**(REsp 1.746.784/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 30/08/2018)**

Nessa mesma linha, destaca-se precedente da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.767.955/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, assim ementado:

*ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS REMUNERADOS. ÁREA DA SAÚDE. LIMITAÇÃO DA CARGA HORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. REQUISITO ÚNICO. AFERIÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES DO STF.*

*RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. A Primeira Seção desta Corte Superior tem reconhecido a impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 (sessenta) horas semanais.*

*2. Contudo, ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal,*

*reiteradamente, posicionam-se "[...] no sentido de que a acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexistente tal requisito na Constituição Federal" (RE 1.094.802 AgR, Relator Min.*

*Alexandre de Moraes, Primeira Turma, julgado em 11/5/2018, DJe 24/5/2018).*

*3. Segundo a orientação da Corte Maior, o único requisito estabelecido para a acumulação é a compatibilidade de horários no exercício das funções, cujo cumprimento deverá ser aferido pela administração pública. Precedentes do STF.*

*4. Adequação do entendimento da Primeira Seção desta Corte ao posicionamento consolidado no Supremo Tribunal Federal sobre o tema.*

*5. Recurso especial a que se nega provimento.*

**(REsp 1767955/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/03/2019, DJe 03/04/2019)**

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator